Vacina contra covid-19 nacional será em fevereiro

Testes para covid em farmácias dobraram na última semana de 2021

Os resultados positivos dos testes de detecção da covid-19 realizados em farmácias tiveram um salto na última semana de 2021, em comparação à semana anterior. Segundo os dados nacionais da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), 283.763 testagens foram realizadas entre os dias 27 de dezembro e 2 de janeiro, número 50% superior aos 188.545 atendimentos ocorridos de 20 a 26 de dezembro. A quantidade de resultados positivos pulou de 22.283 (11,8% do total) para 94.540 (33,3%).

“As celebrações de Natal certamente colaboraram para esse avanço surpreendente. Embora os números ainda estejam distantes do pico que observamos de maio a junho, os dados são preocupantes e exigem mais medidas preventivas e de contenção”, disse o CEO da Abrafarma, Sérgio Mena Barreto. Segundo os dados divul-

gados, a quantidade de resultados positivos dos testes aumentou de janeiro a junho do ano passado; no mês de julho ocorreu o início de uma tendência de recuo, em função dos avanços no processo de imunização. Em novembro, o percentual de casos positivos esteve pela primeira vez abaixo de 10%. No entanto, dezembro registrou uma evolução de 188%, com 17,4% dos testes resultando positivo.

Capital
O levantamento da Abrafarma vai ao encontro dos dados divulgados pela prefeitura de São Paulo, que apontaram a mesma tendência. Os casos positivos de covid-19, registrados na capital paulista, tiveram alta de 32,7% em dezembro de 2021, em comparação com o mês anterior. Segundo a administração municipal, no último mês de 2021, o número de pessoas infectadas foi de 21.520, ante 16.215, em novembro. (Agência Brasil)

Com a autorização dada na sexta-feira (7) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Farmacêutico Ativo (IFA) feito pela própria fundação na fabricação da vacina contra covid-19, as primeiras doses do imunizante 100% nacionais devem ser entregues ao Ministério da Saúde em fevereiro. De acordo com a Fiocruz, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) dispõe, no momento, de insumo o suficiente para a fabricação de 21 milhões de doses com o IFA Nacional, que se encontram em diferentes etapas de produção e controle de qualidade. “A previsão é que as primeiras doses do imunizante sejam entregues em janeiro e as entregas ao Ministério da Saúde em fevereiro, assim que forem concluídos os testes de controle de qualidade que ocorrem após o processamento final da vacina”, informou a Fiocruz. A presidente da instituição, Nísia Trindade Lima, destacou que é uma grande conquista para a sociedade ter uma vacina 100% nacional, sendo essa a primeira do país. “A pandemia de covid-19 deixou claro o problema da depen-

dência dos insumos farmacêuticos ativos para a produção de vacinas. Com a aprovação, hoje, pela Anvisa, conquistamos uma vacina 100% produzida no país e, dessa forma, garantimos a autossuficiência do nosso Sistema Único de Saúde para a vacina, que vem salvando vidas e contribuindo para a superação dessa difícil fase histórica do Brasil e do mundo”. A produção nacional do IFA começou em julho de 2021, após a assinatura do contrato de transferência de tecnologia com a parceira AstraZeneca. A absorção da tecnologia ocorreu em tempo recorde, cerca de um ano, quando

esses processos costumam levar cerca de 10 anos. Segundo a Fiocruz, a Anvisa comprovou a equivalência do processo produtivo com o seja, as vacinas produzidas com o IFA de Bio-Manguinhos/Fiocruz “possuem a mesma eficácia, segurança e qualidade daquelas processadas com o ingrediente importado”. No ano passado, a fundação chegou a ficar sem IFA para fabricar as vacinas, devido à dificuldade de importação do produto. Com isso, cidades precisaram atrasar o cronograma de vacinação devido à falta do imunizante. (Agência Brasil)

Isolamento de assintomáticos com covid pode ser reduzido para 5 dias

O governo pode reduzir de 10 para cinco dias o prazo de quarentena de casos positivos de assintomáticos, contaminados pela variante Ômicron do novo coronavírus. A informação foi dada na manhã da sexta-feira (7) pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em entrevista na chegada ao Ministério. Queiroga disse que, ainda hoje, vai se reunir com os chefes da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 (Secovid) e da Secretaria de Vigilância Sanitária para tratar desse assunto. Eles também analisarão a possibilidade de permitir que servidores da área de saúde que tiveram diagnóstico positivo para a variante, mas não apresentem sintomas, possam fazer parte da linha de frente no atendimento aos pacientes com covid-19. “Se eu não me engano, o CDC, Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos já deu essa recomendação reduzir o isolamento de pacientes assintomáticos com Ômicron. O governo francês está, inclusive, autorizando profissionais de saúde que estão positivos a atender na linha de frente, por conta do número de casos. Então, isso está sendo analisado”, afirmou. Aos jornalistas, Queiroga ressaltou que há relatos na co-

munidade científica sobre a segurança de se adotar a redução da quarentena e a colocação de servidores assintomáticos no atendimento direto aos pacientes com covid-19. “Possivelmente [o Brasil vai seguir essas medidas], porque isso está sendo adotado em outros países e tem assento em evidências científicas. E aí é possível que nós adotemos a mesma conduta. Isso naturalmente que está em estudo no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde, na Secovid. Hoje eu tenho uma reunião com os secretários justamente para tratar sobre esses temas”, acrescentou. **Região Norte**
Na visão do ministro, o combate ao crescimento de covid-19 e influência devem priorizar a região Norte. “O que nos preocupa mais é a região Norte porque as coberturas vacinais são cronicamente mais baixas, e porque o sistema de saúde é mais frágil”, justificou. **Carnaval**
Queiroga comentou o cancelamento do carnaval de rua em várias cidades pelo Brasil. Ele ressaltou que “o Ministério nunca estimulou” a realização de grandes eventos ao longo da pandemia.

Governo veta renegociação de dívidas de MEIs e de pequenas empresas

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente, na sexta-feira (7), o projeto que institua o Programa de Rescalonamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional (Repl). A medida havia sido instituída pelo Projeto de Lei Complementar 46, aprovado em dezembro pela Câmara dos Deputados, e que permitia a renegociação de cerca de R\$ 50 bilhões em dívidas de microempreendedores individuais e de empresas participantes do Simples Nacional (regime tributário simplificado). A mensagem do presidente ao Congresso foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). Néia, o presidente argumenta que a proposição legislativa “incorre em vício de inconstitucionalidade e contrariação do interesse público, uma vez que, ao instituir o benefício fiscal, implicaria em renúncia de receita, em violação ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos arts. 125, art. 126 e art. 137 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2010 - Lei de Dire-

trizes Orçamentárias 2021”. O veto foi uma recomendação da equipe econômica do governo federal. O Repl seria destinado às empresas endividadas. O contribuinte teria descontos sobre juros, multas e encargos proporcionalmente à queda de faturamento no período de março a dezembro de 2020 em comparação com o período de março a dezembro de 2019. Empresas inadimplidas no período também poderiam participar. Depois dos descontos e do pagamento de uma entrada, o saldo restante poderia ser parcelado em até 180 meses. Entretanto, para dívidas com a Previdência Social, o parcelamento seria em 60 meses. Agora, o Congresso Nacional analisará o veto do presidente, que poderá ser mantido ou derrubado. Pelas regras em vigor, a rejeição do veto ocorre por manifestação da maioria absoluta dos votos de deputados federais e senadores, ou seja, 257 votos de deputados e 41 votos de senadores, computados separadamente. Registrada uma quantidade inferior de votos pela rejeição em umas das Casas, o veto é mantido. (Agência Brasil)

relação ao potencial de letalidade”, disse o ministro. **Região Norte**
Na visão do ministro, o combate ao crescimento de covid-19 e influência devem priorizar a região Norte. “O que nos preocupa mais é a região Norte porque as coberturas vacinais são cronicamente mais baixas, e porque o sistema de saúde é mais frágil”, justificou. **Carnaval**
Queiroga comentou o cancelamento do carnaval de rua em várias cidades pelo Brasil. Ele ressaltou que “o Ministério nunca estimulou” a realização de grandes eventos ao longo da pandemia. **Estados e municípios**
Marcelo Queiroga cobrou o melhor gestão de estados e municípios para ações de combate à pandemia e disse que os entes também devem empregar parte dos orçamentos no controle do crescimento dos casos de covid-19 no país, assim como por o aumento do controle da disseminação do vírus. “O SUS é tripartite, e estados e municípios também devem alocar parte dos seus orçamentos para enfrentamento da pandemia de covid-19. Não é só o tempo inteiro cobrado do Ministério da Saúde e lá na

LEITURA BÍBLICA
Todo Domingo UMA PALAVRA
Acesse e Leia:
www.biblia-ja.org

AON HOLDINGS CORRETORES DE SEGUROS LTDA.
EXTRATO DA ATA DE REALIZAÇÃO DE SÚMULA REALIZADA EM 7/01/2022
Data, Hora e Local: 7/01/2022, às 12h, na sede da Sociedade, em SP/SP. Convocação: Foram dispensadas as formalidades de convocação. Presidência: Presidente: Karen Regina Pacheco Cardini. Deliberação: A única solicitação aprovada a redução do capital social da Sociedade em R\$ 200.000,00, passando de R\$ 1.434.546,02 para R\$ 1.234.546,02. A redução de capital tem como objetivo reduzir o capital social considerado excessivo para a consecução do objeto social da Sociedade. A única solicitação a administração da Sociedade a tomar as medidas necessárias para dar publicidade a esta Ata e declarar para os fins legais que a redução de capital aqui aprovada tomar-se-á efetiva após o decurso do prazo de 90 dias previsto em lei. Encerramento: Formalidades legais e assinaturas. São Paulo, 7/01/2022. Anderson Adamo Somborgui - Presidente; Karen Regina Pacheco Cardini - Secretária. Soc. Aon Latam Holdings N.V., p.p. Anderson Adamo Somborgui.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
ATA DA REALIZAÇÃO DE SÚMULA REALIZADA EM 7/01/2022
EXTRATO DA ATA DE REALIZAÇÃO DE SÚMULA REALIZADA EM 7/01/2022
Data, Hora e Local: 7/01/2022, às 12h, na sede da Sociedade, em SP/SP. Convocação: Foram dispensadas as formalidades de convocação. Presidência: Presidente: Karen Regina Pacheco Cardini. Deliberação: A única solicitação aprovada a redução do capital social da Sociedade em R\$ 200.000,00, passando de R\$ 1.434.546,02 para R\$ 1.234.546,02. A redução de capital tem como objetivo reduzir o capital social considerado excessivo para a consecução do objeto social da Sociedade. A única solicitação a administração da Sociedade a tomar as medidas necessárias para dar publicidade a esta Ata e declarar para os fins legais que a redução de capital aqui aprovada tomar-se-á efetiva após o decurso do prazo de 90 dias previsto em lei. Encerramento: Formalidades legais e assinaturas. São Paulo, 7/01/2022. Anderson Adamo Somborgui - Presidente; Karen Regina Pacheco Cardini - Secretária. Soc. Aon Latam Holdings N.V., p.p. Anderson Adamo Somborgui.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
ATA DA REALIZAÇÃO DE SÚMULA REALIZADA EM 7/01/2022
EXTRATO DA ATA DE REALIZAÇÃO DE SÚMULA REALIZADA EM 7/01/2022
Data, Hora e Local: 7/01/2022, às 12h, na sede da Sociedade, em SP/SP. Convocação: Foram dispensadas as formalidades de convocação. Presidência: Presidente: Karen Regina Pacheco Cardini. Deliberação: A única solicitação aprovada a redução do capital social da Sociedade em R\$ 200.000,00, passando de R\$ 1.434.546,02 para R\$ 1.234.546,02. A redução de capital tem como objetivo reduzir o capital social considerado excessivo para a consecução do objeto social da Sociedade. A única solicitação a administração da Sociedade a tomar as medidas necessárias para dar publicidade a esta Ata e declarar para os fins legais que a redução de capital aqui aprovada tomar-se-á efetiva após o decurso do prazo de 90 dias previsto em lei. Encerramento: Formalidades legais e assinaturas. São Paulo, 7/01/2022. Anderson Adamo Somborgui - Presidente; Karen Regina Pacheco Cardini - Secretária. Soc. Aon Latam Holdings N.V., p.p. Anderson Adamo Somborgui.